



**SindBancários**  
PETRÓPOLIS/RJ

**Dia a Dia**

www.sindbancariospetropolis.com.br



**CUT** BRASIL

**CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

f /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

**Ano XVI nº 4622 – 27 de junho de 2013**

## Entrega da pauta específica ao Santander

A Contraf-CUT, federações e sindicatos entregaram ontem, dia 26/06, a pauta específica de reivindicações ao Santander, em São Paulo. O documento foi aprovado no Encontro Nacional dos Funcionários, ocorrido nos dias 04 e 05, na capital paulista, com a participação de mais de 130 dirigentes sindicais de todo país.

A pauta específica foi recebida pelo novo superintendente de relações sindicais do banco espanhol, Luiz Cláudio Xavier, durante reunião ampliada da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander. A entrega da pauta representou o primeiro contato com o novo negociador do Santander. Ele ouviu relatos dos dirigentes sindicais que apontaram um verdadeiro caos na rede de agências, com problemas como demissões, rotatividade, corte de empregos, falta de funcionários, sobrecarga de serviços, distorções salariais, metas abusivas, assédio moral, adoecimento, não emissão da CAT, recusa de atestados médicos e insegurança, dentre outros. A reunião ocorreu na sede do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

O diretor do SindBancários Petrópolis e funcionário do banco, Alexandre Eiras, esteve presente durante a entrega da minuta.



## PL 4.330 da terceirização = PRECARIZAÇÃO

O PL 4.330, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que regulamenta a terceirização no país, segundo uma ótica eminentemente empresarial, que visa flexibilizar e reduzir os direitos trabalhistas garantidos na CLT e na Constituição Federal, após quase 10 anos tramitando no Congresso Nacional, corre o risco de ser aprovado no próximo dia 09 de julho, quando voltará à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

A mobilização de entidades da CUT junto aos parlamentares e ao governo, com destaque para os sindicatos de bancários que compareceram em peso à reunião da CCJC ocorrida em 11 de junho, impediu que o PL 4330 fosse votado naquele mesmo dia.

Os diretores do SindBancários Petrópolis, Alexandre Eiras, Luiz Claudio Rocha, Marcos Alvarenga e Sávio Barcellos, participaram dessa mobilização em Brasília e representaram nossa entidade.

## Audiência pública no Senado discute lei para punir assédio moral

A tipificação criminal da prática de assédio moral no ambiente de trabalho foi cobrada por representantes sindicais e de associações de servidores e empregados de empresas públicas que participaram de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado na segunda-feira (24/06), em Brasília. Pelos relatos, a exposição de trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras seria habitual, motivando afastamentos de trabalho por depressão e até suicídio.

Defendendo agilidade no exame de projetos que tratam do assunto, os dirigentes ficaram de encaminhar à comissão um documento sintetizando suas propostas, junto com um levantamento das matérias que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que solicitou a audiência e coordenou os trabalhos, ficou de acertar com a presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), a forma de fazer chegar as demandas a quem pode contribuir com soluções nas duas Casas do Legislativo.

## BC obriga bancos a oferecer novos pacotes de tarifas



A partir de 1º de julho, os bancos serão obrigados a oferecer três novos pacotes padronizados de serviços prioritários aos seus clientes, para atender à resolução nº 4.196 do Banco Central.

O objetivo é tornar mais transparentes os valores cobrados e os serviços gratuitos.

As informações deverão ficar mais claras e visíveis aos clientes e usuários, seja nas agências físicas ou nas páginas virtuais dos bancos.

As instituições financeiras deverão deixar bem claro que a contratação dos pacotes é opcional, além de oferecer um rol de serviços gratuitos em vigor desde 2010.